

Drogas

Fotos: Diomício Gomes



Natália (nome fictício) é usuária de crack e buscou apoio no poder público para se livrar do vício

Do vício à solidão

Cleomar Almeida

Uma jovem de 23 anos viu o crack como a chance de se libertar da obesidade. Um pai de família perdeu a mulher, os filhos, um apartamento e três carros para

a cocaína. Depois, em vez de socorro no poder público, encontraram barreiras. Suas histórias revelam a dificuldade que os dependentes químicos têm de enfrentar, devido à falta de trabalho

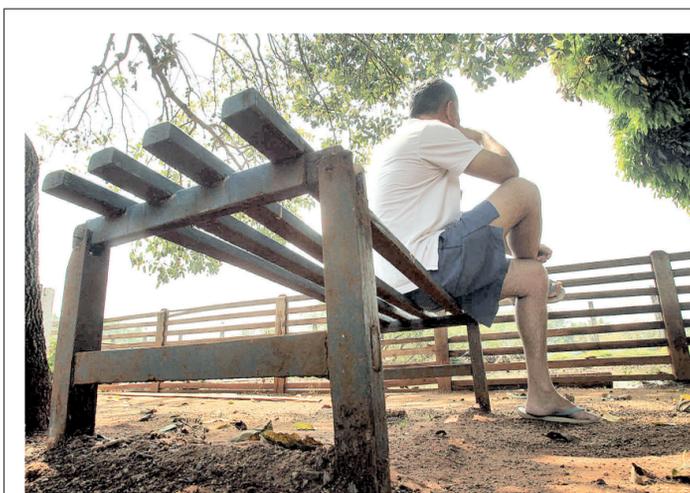
articulado entre União, Estado e municípios goianos. O desafio está posto: Goiás tem ao menos 60 mil usuários de drogas, segundo estimativas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A voz firme, o riso acanhado e a aparência tranquila anunciam um passo importante na luta de Natália, de 23 anos, para vencer a abstinência (os nomes dos usuários são fictícios). A jovem perdeu os últimos sete anos de sua vida para o crack e se prostituiu para manter o vício. Mas, ao contrário da maioria dos usuários, ela não buscou a sensação de prazer, poder e euforia. Seu desejo era outro: "Comecei a fumar a pedra para emagrecer", diz. "Não comia nem dormia, passava dia e noite tentando alimentar minha compulsão."

Mãe de uma menina de 6 anos, Natália pesava 115 quilos na adolescência. De lá para cá, perdeu 26 quilos, bem menos que imaginava. Depois de vender roupas, móveis e celulares da própria família para comprar a droga na "boca de fumo", viu-se diante de um labirinto para deixar o vício. "Tentei buscar ajuda no poder público durante cinco anos. Não consegui", lamenta. "Mas, toda vez que me dava um 'não', eu não ficava esperando vaga. Voltava a me perder nas drogas. É muito ruim ir atrás de ajuda e não encontrar", afirma a jovem.

Natália conseguiu, no início do mês, ocupar uma das oito vagas destinadas a mulheres com dependência química na Casa de Eurípedes, uma instituição filantrópica, em Goiânia, credenciada ao Ministério da Saúde (MS). Mas, em visita ao Pronto-Socorro Wassilly Chuc, a porta de entrada para o tratamento da dependência química pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na capital, O POPULAR encontrou, na semana passada, várias pessoas ansiosas à espera de uma vaga.

O socorro esbarra na falta de estrutura da rede pública. Os municípios goianos têm apenas 42 Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), criados pelo governo federal para ressocialização de usuários do sistema de saúde mental. Todavia, apenas sete unidades são credenciadas ao MS para atendimento especializa-



André perdeu família, apartamento e carros para o vício

do na área de álcool e drogas, dois deles na capital. O demais estão em Aparecida de Goiânia, Anápolis, Trindade, Rio Verde e Caldas Novas.

Alguns não possuem sede própria. A Prefeitura de Goiânia gasta, em média, R\$ 3,5 mil pela locação mensal de um imóvel, conforme apurou a reportagem. Além disso, o CAPs para atendimento específico a crianças e adolescentes na capital, por exemplo, tem vidros quebrados e falta até copo descartável para tomar água. Em alguns casos, os próprios profissionais alegam ter de juntar dinheiro para comprar material básico de consumo e alimentação, como açúcar.

Os entraves persistem mesmo com

o repasse mensal de quase R\$ 40 mil do MS para cada CAPs. O de Aparecida de Goiânia percebe o dobro por ser o único, em Goiás, em funcionamento por 24 horas. Entretanto, nenhum recebe contrapartida do Estado. A Prefeitura de Goiânia não informou o valor do seu repasse. "Mas fazemos a supervisão e a capacitação profissional", alega a superintendente de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS), Heloisa Marssanar reconhece que há necessidade de a Prefeitura construir mais unidades de atendimento na área de álcool e drogas. "A

"Tentei buscar ajuda no poder público durante cinco anos. Não consegui. Hoje, quero resgatar a dignidade que o crack tirou de mim."

NATÁLIA, usuária de crack

quantidade atual não é suficiente", diz, acrescentando que, até o fim do ano, outro CAPs será inaugurado, na Região Noroeste.

A gerente de Saúde Mental da SES, Luciana Aparecida Martins Santana, admite a necessidade de leitos para que seja feita a desintoxicação dos dependentes químicos. Em Goiás, apenas o município de Caldas Novas reserva seis vagas no hospital geral a esse tipo de tratamento.

O Estado também ainda não aderiu ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack, cujo objetivo é ampliar os leitos destinados à internação do dependente químico em hospitais gerais do País. "Goiás ainda não aumentou leitos nem complementa o repasse às clínicas particulares que fazem esse tipo de internação", critica o promotor de Justiça Marcelo Celestino. "A internação, a reclusão, não é a única saída para esse paciente", rebate a superintendente Mabel Socorro. "O tratamento deve ser mais global", emenda.

Estão divididos na Casa de Eurípedes, no Instituto Espírita de Saúde Mental, ambas em Goiânia, na Pax Clínica, em Aparecida de Goiânia, e no Sanatório Espírita de Anápolis. "Os leitos são insuficientes", admite a superintendente de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Mabel Bel Socorro. As unidades reclamam da falta de complemento do Estado e dos municípios para o repasse do Ministério da Saúde, que varia entre R\$ 33 e R\$ 49, por diária.

Da maconha à cocaína: "Fiquei insuportável"

"Fiquei insuportável para a minha família me suportar." A declaração é do administrador de empresas André, de 46 anos, que viu a cocaína afastar a sua família e levar um apartamento e três carros, cada um no valor de R\$ 30 mil, em média. Tudo por causa do vício.

Aos 13 anos, ele começou a usar maconha. Depois, no final da adolescência, entregou-se ao alcoolismo. Apesar de ter conseguido "segurar a onda" por um bom tempo, ou seja, resistir à tentação do vício,

não deu conta de negar a sedução da cocaína. Estudos apontam que seus efeitos são dez vezes menos intensos que o do crack, mas também provoca dependência química. "Eu me sentia no máximo e ficava ligado" diz. Nos fins de semana, ele renunciava a companhia da família para inalar a droga dentro de um motel. Uma vez acordou no hospital. A compulsão lhe custou uma parada cardíaca e três dias em coma. "Minha família não me quer mais. Só quero ajuda e perdão."

SITUAÇÃO ANGUSTIANTE

Especialista em enfrentamento ao crack e outras drogas, o médico Nelson Gillet avalia que Estado e municípios precisam, urgentemente, fazer uma rede articulada de assistência à saúde mental. "Hoje, não existe estrutura", diz. "A vontade política passa por muita conversa e pouca realização. A situação é angustiante, sobretudo para quem espera por um socorro", ressalta.

Natália sabe muito bem como é a angústia para se livrar do crack. Mesmo depois das dificuldades para encontrar tratamento, a jovem acredita na superação e segura as lágrimas ao lembrar do recado de sua filha. "No dia que eu vim para cá, minha filha disse: 'mamãe, não pula o muro, não! Essa frase me matou de vergonha', desabafa. "Quero resgatar a dignidade que o crack tirou de mim", afirma.

Veja vídeo na versão flip do jornal: www.opopular.com.br

Enfrentamento segue a passos lentos

Apesar da alarmante necessidade de investir em políticas públicas de enfrentamento ao crack e às demais drogas, o Estado, municípios e a União seguem, na prática, a passos lentos para uma ação concreta no tratamento de dependentes químicos. "Estamos assistindo a uma tragédia. Não existe estrutura.", alerta o médico Nelson Gillet, especialista na área de drogas.

Para tentar diminuir os impactos do problema, será lançado, amanhã,

"Estamos assistindo a uma tragédia. Não existe estrutura."

NELSON GILLET, médico

o Programa Estadual de Enfrentamento às Drogas, uma das propostas do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI). Entre as propostas, está o aumento de leitos no Estado para tratamento de dependentes químicos. Os recursos previstos para o programa, no período de 2012 a 2014, chegam a R\$ 89,6 milhões, segundo dados da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan).

Por outro lado, o Centro de Referência e Excelência em Dependência

Química (Credeq), prometido em 2010, ainda não saiu do papel.

A proposta inicial é de que sejam construídas cinco unidades no Estado. A primeira será em Aparecida de Goiânia e sua construção deve começar neste mês, informa a Secretaria de Gestão e Planejamento. As demais seriam em Morrinhos, Rio Verde e Caldas Novas, de acordo com a Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Ainda não foi definido local para a última. O custo de construção de cada uma é R\$ 20 milhões.

"Há muita promessa. Rio Verde e Caldas Novas, por exemplo, não têm terreno para a licitação do Credeq", aponta o especialista Gillet.

Número de dependentes é muito maior que o de vagas

É grande o lapso entre a estimativa de usuários de drogas do Estado e a quantidade de vagas reservadas a dependentes químicos, na avaliação de especialistas ouvidos pelo POPULAR. Apesar de pesquisas indicarem 60 mil usuários no Estado, existem apenas 650 leitos destinados à saúde mental, em clínicas ou instituições filantrópicas cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Estão divididos na Casa de Eurípedes,

no Instituto Espírita de Saúde Mental, ambas em Goiânia, na Pax Clínica, em Aparecida de Goiânia, e no Sanatório Espírita de Anápolis. "Os leitos são insuficientes", admite a superintendente de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Mabel Bel Socorro. As unidades reclamam da falta de complemento do Estado e dos municípios para o repasse do Ministério da Saúde, que varia entre R\$ 33 e R\$ 49, por diária.

"Os leitos são insuficientes."

MABEL SOCORRO, superintendente da SES